

**“ARCHIVOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO” (1935-1937): O IMPRESSO COMO  
ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL NO IEUSP**  
*“Archives of Institute of Education” (1935-1937): the printing as a strategy of diffusion of the educational  
research in IEUSP*

Viviane Lovatti Ferreira\*  
Laurizete Ferragut Passos\*\*

### RESUMO

Nas últimas três décadas, a investigação sobre impressos pedagógicos vem se apresentando como um campo de pesquisa em diversos países em uma tentativa de se compreender o âmbito da profissionalidade docente. Este artigo analisa o breve percurso dos *Archivos do Instituto de Educação*, periódico do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo que foi publicado entre 1935 e 1937. Essa revista procurou emitir suas concepções sobre escola, educação e sociedade, de acordo com certos valores ao campo educacional, atestados por seus objetivos manifestados: divulgar o projeto de educação renovada que permeava o trabalho desenvolvido no Instituto de Educação da USP, subsidiar a formação do professor secundário e contribuir com a produção da pesquisa educacional. Com isso, o periódico acabava dando visibilidade ao corpo docente do Instituto e contribuindo para trazer reconhecimento à Educação como campo de conhecimento científico.

**Palavras-chave:** impresso pedagógico; escola nova; pesquisa educacional; formação do professor secundário.

### ABSTRACT

In the last three decades, the investigation about pedagogical prints have presented itself as a field of research in different countries in an attempt to understand the professionalizing scope of the teacher. The present paper analyses the brief existence of the *Archivos do Instituto de Educação (Institute of Education Archives)*, a journal of the Institute of Education of the São Paulo University (USP) which was printed between 1935 and 1937. This magazine has issued its conceptions about the school, education and society, according to values in the educational field, attested by its manifested objectives: to propagate the project of progressive education which was permeated in the works developed in the USP Institute of Education, to give subsidies to the preparation of the secondary teacher and to contribute to the production of educational researches. By doing so, the journal brought visibility to the faculty staff of the Institute, and also gave contribution to the recognition of Education as a field of scientific knowledge.

**Key-words:** pedagogical prints; progressive education; educational research; preparation of the secondary teacher.

---

\* Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Pós-doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com apoio da Fapesp. E-mail: vlovatti@usp.br

\*\* Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com estágio de pós-doutorado realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: laurizetefer@pucsp.br

## Introdução

Nas últimas três décadas, a investigação sobre impressos pedagógicos vem se apresentando como um campo de pesquisa em diversos países (Biccas, 2008). A pesquisa com impressos pedagógicos tem se apresentado, principalmente, como uma tentativa de se compreender o campo da profissionalidade docente.

No Brasil, a pesquisa com impressos pedagógicos é relativamente recente, enquanto em outros países há certa tradição, tal como na França, Bélgica e Portugal. Os estudos de Nóvoa (1997), Bastos (1997), Catani e Sousa (2001) e Biccas (2001) destacam os impressos pedagógicos ao ampliarem a sua compreensão sobre os processos de escolarização.

Os impressos pedagógicos têm sido estudados por historiadores da educação a partir de uma dupla dimensão: fontes e objetos de pesquisa, uma vez que tem sido analisada a materialidade desses impressos bem como sua apropriação na prática pedagógica (Biccas, 2005).

Os pesquisadores defendem que os impressos contribuem para difundir conhecimentos relacionados à instrução bem como saberes que deveriam ser apropriados por um público específico (Chartier, 1990). Sendo assim, tais impressos contribuiriam com a circulação das ideias.

Segundo Catani (1989), somente a partir de 1870 é que se intensificou o surgimento de revistas pedagógicas, criadas, normalmente, por iniciativas de grupos de professores que tinham o interesse em divulgar informações pertinentes ao campo educacional.

No final do século XIX, intensificou-se o discurso sobre a necessidade de se melhorar as condições nas escolas brasileiras. Até as primeiras décadas do século XX, o “entusiasmo pela educação” tornou-se uma característica deste período que foi propício à discussão das questões e iniciativas no campo educacional.

Desta forma, os impressos pedagógicos se apresentaram como uma alternativa de se propor alterações para a sociedade, divulgando informações e buscando alcançar certos valores pelo seu poder de difusão de novas ideias.

Este trabalho se justifica pela necessidade de estudar os impressos pedagógicos, contribuindo na perspectiva de se compreender a produção bem como a circulação deste material voltado aos profissionais do campo educacional. Como objeto de pesquisa, pretendemos analisar a revista *Arquivos do Instituto de Educação*, impresso que circulou nos meios educacionais durante o período de realização das atividades do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938), tendo como público alvo a formação universitária do professor.

### **1. O Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (IEUSP): uma instituição pioneira na formação de professores**

A criação dos primeiros cursos superiores no Brasil não privilegiou a formação de professores, e sim a formação de profissionais liberais. No Brasil, a preocupação em se

formar profissionais de nível superior para o magistério primário e secundário iniciou-se no final do século XIX.

As experiências consolidadas de alguns países serviram como referência para que se constituísse um modelo de formação de professores no Brasil. Em relação aos Estados Unidos, há a experiência do Teacher's College; na França, a Escola Normal Superior; na Bélgica, o Instituto Pedagógico da Universidade de Louvain; em Genebra, o Instituto Jean Jacques Rousseau. Assimiladas e adaptadas ao gênero brasileiro, tais experiências deram origem à Escola de Aperfeiçoamento em Minas Gerais (1929), ao Instituto Católico de Estudos Superiores no Rio de Janeiro (1932), ao Instituto de Educação da USP (1933) e à Escola de Educação no Rio de Janeiro (1935), contribuindo para o florescimento de novas propostas educacionais.

Evangelista (2002) discute as origens, o desenvolvimento e o encerramento das atividades do Instituto de Educação da USP, afirmando que, desde a década de 1910 já havia discussões sobre a institucionalização da formação de professores em nível universitário, fato que eclodiu, na década de 1920, quando surgiram propostas de criação de centros educacionais de nível superior destinados à formação do magistério. Segundo a autora, a Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte – criada em 1929 por Francisco Campos que, em 1931, tornou-se ministro da Educação e da Saúde no Governo Getúlio Vargas – e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro – criado em 1932 por Anísio Teixeira – tornaram-se instituições pioneiras na formação de professores em nível superior.

Antunha (1975) afirma que a ideia de se criar uma escola de aperfeiçoamento para os professores e administradores escolares bem como de instalar um estabelecimento dedicado aos altos estudos e às pesquisas desinteressadas deve-se a George Dumas. Objetivando implantar uma Escola de Altos Estudos Pedagógicos na cidade de São Paulo, Antunha (1975) afirma que foi concebida por lei uma Faculdade de Educação em 19201 que nunca se efetivou. Após essa frustrada tentativa, criou-se o Instituto Pedagógico<sup>2</sup> em 1931, oferecendo um Curso de Aperfeiçoamento que tinha como finalidade formar pessoal técnico para as escolas paulistas (inspetores, delegados de ensino, diretores de estabelecimento e professores de escolas normais). No entanto, a Faculdade de Educação e o Instituto Pedagógico não chegaram a cumprir seus objetivos efetivamente que consistiam em formar o professor em nível superior.

Criado em 1933, o Instituto de Educação de São Paulo<sup>3</sup> funcionou no prédio da antiga Escola Normal da Praça, mais conhecida como Escola Normal Caetano de Campos. De acordo com Evangelista (2002), o Instituto de Educação amparou-se em dois modelos de formação de professores. O primeiro modelo – francês – representado pelas universidades de Louvain, Liège e Gand (Bélgica), mantinha instituições tais como a Escola Normal e a Faculdade de Ciências e Letras. O segundo modelo – norte-americano – conjugava o ensino superior científico e profissional. Existente de 1888, o Teacher's College era a instituição que formava profissionais da educação. Ao se constituir, o corpo

---

<sup>1</sup> Reforma Sampaio Dória – Lei nº 1.750, de 08/12/1920.

<sup>2</sup> Decreto nº 4.888, de 12/02/1931.

<sup>3</sup> Decreto Estadual nº 5.846, de 21 de fevereiro de 1933.

docente do Instituto de Educação agregou alguns professores da antiga Escola Normal Caetano de Campos, mais conhecida como Escola Normal da Praça.

Com a criação da Universidade de São Paulo em 1934, o Instituto de Educação foi incorporado à universidade, constituindo uma unidade da instituição. Com a incorporação,

[...] o Instituto de Educação tornou-se unidade universitária de preparação pedagógica do magistério para todos os graus de ensino, mas não mudou sua denominação. Foi institucionalizada, então, a área educacional na primeira organização universitária oriunda da reordenação do Ensino Superior pelo governo Getúlio Vargas. **Os lentos da Escola Normal da Praça construíram este lugar e a partir dele buscaram obter a hegemonia de sua concepção.** (Evangelista, 2002, p. 28, grifo nosso)

No estado de São Paulo, o Instituto de Educação da USP foi a primeira experiência de formação de professores em nível superior. O objetivo do Instituto de Educação da USP era “[...] a criação de um Centro de Documentação e Informação Pedagógica com a competência de ‘recolher e difundir informações sobre as atividades educacionais do Brasil e do estrangeiro, organizado o seu respectivo arquivo’” (Evangelista, 2002, p. 224).

Como idealizador do Instituto de Educação de São Paulo, Fernando de Azevedo argumentava que, nos anos 1920, não investir na formação do magistério seria pôr em risco a democracia de um país, pois o professor “*poderia reunir ditadura com ciência, abandonando a ‘liberdade de espírito, de pesquisa e de crítica’, fatal para a consolidação de um Estado democrático*” (Evangelista, 2002, p. 59). Por isso, os professores deveriam ser formados de acordo com o “espírito de renovação”, comumente conhecido como o movimento renovador de educação, o escolanovismo.

O Instituto de Educação da Universidade de São Paulo configurou-se como uma instituição composta de dois segmentos: escolas de aplicação e escola de professores. No que compete à formação e ao aperfeiçoamento de professores, o Regulamento que aprovou o Instituto de Educação da USP<sup>4</sup> previa uma oferta de cursos regulares, que compreendia a formação do professor primário, a formação didático-pedagógica do professor secundário e a formação do administrador escolar, além de cursos extraordinários (equiparados, especialização, aperfeiçoamento, livres e extensão universitária).

Segundo o Regulamento, a administração do Instituto de Educação estaria sob a responsabilidade de um diretor, que seria nomeado pelo Governo do Estado, dentre os professores catedráticos da instituição, e indicado pela Congregação, composta basicamente por professores catedráticos e docentes livres. As Atas da Congregação do Instituto de Educação (1933) trazem o registro da realização da primeira reunião na instituição, onde era solicitado que se indicasse um diretor para o Instituto. O professor Fernando de Azevedo foi eleito com seis votos contra apenas dois.

No processo de implantação do Instituto de Educação da USP, foram sugeridas oito cadeiras, elegendo-se alguns saberes necessários à formação dos professores: Biologia Educacional; Psicologia Educacional; Sociologia Educacional; Filosofia e História da

<sup>4</sup> Decreto n.º 7.067, de 06 de abril de 1935.

Educação; Estatística e Educação Comparada; Administração e Legislação Escolar; Metodologia do Ensino Secundário; e Metodologia do Ensino Primário.

Durante a realização de suas atividades, o Instituto de Educação da USP dispôs de algumas instâncias acadêmicas, elementos fundamentais à organização da instituição bem como à realização dos seus objetivos, tais como as bibliotecas e os laboratórios de pesquisa. Em seu regulamento, o Instituto de Educação da USP previu a criação de quatro laboratórios que serviriam à produção da pesquisa educacional. Sob a responsabilidade do professor catedrático Almeida Júnior, o Laboratório de Biologia Educacional funcionava como campo de experimentação para alunas e mães de crianças em aspectos relativos à higiene. O Laboratório de Psicologia Educacional, com o maior número de funcionários, bem equipado e sob a responsabilidade da professora catedrática Noemy da Silveira Rudolfer, tinha como base a realização de testes para a classificação dos alunos de acordo com os coeficientes de inteligência. O Laboratório de Pesquisas Sociais e Educacionais, sob a responsabilidade do professor catedrático Fernando de Azevedo, destinava-se ao ensino sociológico e como estímulo a pesquisas sociais de cunho científico. O Laboratório de Estatística, sob responsabilidade do professor catedrático Milton da Silva Rodrigues, iniciou seus trabalhos em 1937 a partir de um inquérito realizado sobre o ensino secundário no estado de São Paulo (Evangelista, 2002).

Nesse processo de formação pedagógica, o Instituto de Educação da USP apoiou-se no movimento renovador da Escola Nova. A Universidade de São Paulo se projetou nas três grandes faces da concepção universitária: o ensino, a pesquisa e a extensão. Entretanto, a universidade se debruçou especialmente sobre a pesquisa. Por isso, os trabalhos de laboratório tiveram grande importância. Apoiados na ciência, especialmente na Biologia, na Sociologia e na Psicologia, “*a formação técnica e profissional do professor ganhou então nova coloração, pois não se tratava apenas de saber o que ensinar, mas de saber como ensinar*” (Evangelista, 2002, p. 30).

## 2. A revista *Archivos do Instituto de Educação* (1935-1937)

O periódico *Archivos do Instituto de Educação* veio contribuir como um importante veículo de difusão da pesquisa produzida naquela instituição. Tal periódico circulou entre os anos de 1935 e 1937 e teve papel importante na divulgação dos trabalhos desenvolvidos nos laboratórios daquele Instituto. Segundo Evangelista (2002, p. 29), “*o professor só poderia ser intelectual se produzisse ciência. Fazendo ciência entraria o professor no futuro e a ele conduziria seus alunos*”. Por isso, os trabalhos de laboratório ganhavam importância e estariam intimamente atrelados à pesquisa educacional.

Criada pelos idealizadores do Instituto de Educação da USP, o impresso recebeu o mesmo nome do periódico do Instituto de Educação do Distrito Federal (RJ) que, por sua vez, tiveram como objetivo “*(...) marcar uma nova cultura pedagógica entre professores e alunos com o objetivo de legitimar o movimento renovador do qual o Instituto de Educação seria o locus referencial*” (Lopes, 2008, p. 84). Segundo a autora, o periódico *Archivos do Instituto de Educação* do Rio de Janeiro (DF) iniciou suas publicações em 1934, sendo

editado oficialmente pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, e distribuído em todo o território nacional e gratuito a toda a rede escolar do Distrito Federal. Os *Archivos* do Rio de Janeiro tiveram apenas três números publicados (1934, 1936 e 1937), sendo a primeira edição lançada na gestão de Lourenço Filho. Tais edições revelaram ainda uma “*estratégia para legitimar o projeto de reconstrução do Brasil pela educação, dar-lhe maior visibilidade, tomando por base a experiência desenvolvida no Instituto de Educação do Distrito Federal, escola laboratório e referencial para todo o país*” (Lopes, 2008, p. 88).

Os *Archivos do Instituto de Educação* de São Paulo, periódico que apontamos como fonte e objeto desta pesquisa, compreendem quatro números<sup>5</sup> publicados entre os anos de 1935 e 1937. Segundo Evangelista (2002), a revista foi proposta como veículo de difusão da produção acadêmica docente do Instituto de Educação bem como da produção acadêmica de autores e intelectuais estrangeiros vinculados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (Evangelista, 2002).

As Atas das Sessões da Congregação do Instituto de Educação da USP (1933) focalizam as discussões a respeito da produção desta revista. O diretor Fernando de Azevedo declarou que os *Archivos* deveriam ser “*uma revista rigorosamente técnica*”, tendo sido proposta com o mesmo “*tipo e tamanho*” da revista “*Mental Hygiene*”, obedecendo a uma organização lógica: sumário na capa; relação do pessoal do Instituto de Educação, tal como nos *Archivos* do Rio de Janeiro; um “*artigo de fundo*”, que abordasse as atividades realizadas no Instituto durante o semestre; artigos originais, com seus respectivos resumos e conclusões em inglês, francês e alemão; fatos e iniciativas, além de críticas bibliográficas (resenhas de livros).

A submissão de artigos requeria alguns critérios, tais como:

- a) trabalhos originais dos professores e auxiliares de ensino do Instituto e escolas anexas, sobre assuntos educacionais; b) relatórios dos trabalhos de cada cadeira e dos laboratórios do Instituto; c) relatórios sobre a vida escolar do Instituto e anexos; d) legislação, estatísticas e informações sobre educação, no país e no estrangeiro (*Archivos do Instituto de Educação*, n.º 1, 1935, p. 212).

Segundo Evangelista (2002), a comissão editorial da revista era composta por dois professores catedráticos e um professor assistente, eleitos anualmente pela Congregação.

## 2.1 Os artigos e seus colaboradores

O quadro que apresentamos a seguir nos mostra a relação de artigos publicados nos quatro números da revista, bem como seus respectivos autores:

**Quadro 1** - Levantamento dos artigos publicados na revista *Archivos do Instituto de Educação* de São Paulo (1935-1937)

---

<sup>5</sup> A coleção completa do periódico *Archivos do Instituto de Educação* de São Paulo pode ser encontrada na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em bom estado de conservação.

AUTORES	ARTIGOS PUBLICADOS	TIPO DE MATERIAL	Nº
Fernando de Azevedo	A missão da universidade	Conferência de encerramento dos cursos do IEUSP	1
	A unidade nacional e a educação	Conferência dada na Universidade do Paraná (1935)	2
	A formação do professor secundário	Discurso de paraninfo na 1ª turma de professores secundários do IEUSP (1937)	4
Milton da Silva Rodrigues	A educação através dos países	Pesquisa	1
	Forma de cálculo para o ajustamento de parábolas a séries de observações	Pesquisa	2
	A função do administrador escolar	Discurso de formatura no IEUSP (1936)	3
Paul Arbousse-Bastide	Sociologia francesa contemporânea	Pesquisa	2
	O ensino da Sociologia nas escolas secundárias	Conferência sobre a série de metodologias das matérias no IEUSP (1936)	3
	Os problemas atuais do ensino em França	Pesquisa	4
Noemy da Silveira Rudolfer	A aferição do teste de Dearborn, série 1, exame A, pelo Instituto de Psicologia do Instituto de Educação	Pesquisa	1
	Um ensaio de método ativo no ensino superior	Pesquisa	2
Almeida Júnior	O nosso diário alimentar	Pesquisa	1
Celisa Ribeiro de Arruda	Como estudar com eficiência	Curso ministrado no IEUSP	1
Rebelo Gonçalves	Rumos velhos e rumos novos no ensino secundário da Língua	Conferência sobre a série de metodologias das matérias no IEUSP (1936)	3
Ernst Marcus	A zoologia, elemento da educação rural e urbana	Conferência sobre a série de metodologias das matérias no IEUSP (1936)	3
Betti Katzenstein e Judith Hallier	A criança como colaboradora em jornal infantil	Pesquisa	4

A maioria dos artigos publicados era de autoria de professores catedráticos do Instituto de Educação da USP que, por sua vez, eram responsáveis pelos trabalhos desenvolvidos nos respectivos laboratórios de pesquisa. Como diretor do Instituto de Educação da USP e idealizador da revista, Fernando de Azevedo publicou três artigos, sendo duas conferências e um discurso de formatura. Milton da Silva Rodrigues era catedrático de Estatística Educacional e Educação Comparada. Seus artigos versavam sobre tais temas, além de dedicar um artigo específico sobre o trabalho do administrador escolar. O professor Paul Arbousse-Bastide era contratado da área de Sociologia. Como membro da missão francesa que veio compor o quadro docente inicial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Paul Arbousse-Bastide tornou-se professor catedrático de Metodologia do Ensino Secundário no Instituto de Educação, sendo um dos poucos professores que renovou seu contrato com a universidade no ano seguinte.

Noemy da Silveira Rudolfer foi professora catedrática de Psicologia Educacional no Instituto de Educação e responsável pelo Laboratório de Psicologia Educacional. Com formação na Escola Normal do Brás (1914-1918), a professora Noemy iniciou sua carreira como professora primária e, posteriormente, entre 1927 e 1930, foi assistente do professor Lourenço Filho na área de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal da Praça (Escola Caetano de Campos). Em 1928, a professora integrou um grupo de educadores brasileiros que viajou aos Estados Unidos a fim de estudar naquele país. Em 1930, voltou aos Estados Unidos para aprofundar seus estudos na área da Psicologia no Teacher's College (Universidade da Colúmbia), freqüentando aulas de Dewey, Kilpatrick, Thorndike e outros. Com a ida de Lourenço Filho para o Rio de Janeiro, ocupou sua vaga como professora catedrática.

Em relação ao professor Almeida Junior, tinha formação em Medicina e atuou como professor de Higiene na Escola Normal do Brás, em São Paulo. Autor de vários livros ligados à área educacional, foi professor catedrático do Instituto de Educação e responsável pelo Laboratório de Biologia Educacional.

Os demais colaboradores dos *Arquivos do Instituto de Educação* eram professoras assistentes da cadeira de Psicologia Educacional (Celisa Ribeiro de Arruda, Betti Katzenstein e Judith Hallier) e professores estrangeiros que vieram compor o primeiro quadro docente quando se criou a Universidade de São Paulo, entre 1934 e 1938 (Rebello Gonçalves e Ernst Marcus).

Betti Katzenstein nasceu na Alemanha e formou-se pela Universidade de Hamburgo e concluiu seu doutorado em Filosofia em 1931, tendo desenvolvido pesquisas na linha de Psicologia. Refugiando-se do nazismo em 1936, veio para o Brasil e ingressou no Instituto de Educação da USP naquele mesmo ano como colaboradora voluntária. Em 1937, passou a ser assistente no trabalhando no Laboratório de Psicologia, coordenado pela professora Noemy Silveira Rudolfer. Pesquisava sobre os jornais infantis e os interesses das crianças pelos livros nas recém-inauguradas bibliotecas infantis do Departamento de Cultura.

De nacionalidade portuguesa, Rebello Gonçalves lecionou na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Ernst Marcus foi professor do Instituto de Zoologia da Universidade de Berlim. Com a perseguição aos judeus, aceitou o convite para lecionar Zoologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

## 2.2 Os eixos norteadores da revista

A análise deste periódico nos trouxe alguns apontamentos, que consideramos eixos que nortearam o ideário deste impresso pedagógico:

### 2.2.1 A difusão da Escola Nova

Os *Archivos do Instituto de Educação* de São Paulo (1935-1937) trouxeram como ideário o movimento da Escola Nova. Rudolfer (1936) defendia a necessidade de se fazer uma educação democrática, entendida como “aquela que dá oportunidade a cada um de compartilhar ativamente das decisões de todos, na medida de sua capacidade (...) Este é o princípio fundamental da renovação educacional na escola primária, secundária ou superior” (Rudolfer, 1936, p. 48). Segundo a autora, a democracia não deveria ser encarada como um regime político e, sim, como um ponto de vista filosófico. Ensinar com democracia é ensinar o aluno a pensar e a tomar suas próprias decisões. E o pensamento reflexivo só ocorreria caso fosse oferecida uma situação-problema ao aluno:

Não há mais lugar para aulas expositivas, quando está a classe assim organizada. Se queremos ensinar os nossos alunos a decidirem por si e a aprenderem a pensar, precisamos agora criar a situação que desperte o pensamento reflexivo e a decisão conjunta. E esta é a parte mais difícil do método (RUDOLFER, 1936, p. 53)

Tomando por base autores como William Kilpatrick e John Dewey, em seu artigo Rudolfer (1936) discorre sobre o método de trabalho em grupo como atividade essencial na formação do pensamento reflexivo. Para tanto, seria necessário que as escolas secundárias e superiores transformassem seus processos de ensino a fim de que os alunos pudessem ser preparados para o desempenho da cidadania.

Hallier e Katzenstein (1937), em artigo publicado no último número da revista, fazem um detalhado relato da pesquisa realizada, enfatizando a criança como colaboradora do jornal infantil. Desta forma, as autoras, professoras assistentes da cadeira de Psicologia Educacional, dão pleno destaque ao papel desempenhado pela criança no processo ensino-aprendizagem.

Além de priorizar a publicação de relatos de pesquisa e de conferências de professores do Instituto de Educação, os *Archivos do Instituto de Educação* de São Paulo buscavam trazer autores renomados que estivessem ligados ao movimento renovador (Bragato Júnior, 2007).

### 2.2.2 A produção de pesquisa

O primeiro número dos *Archivos do Instituto de Educação* (1935) faz uma apresentação da instituição como unidade responsável pela formação profissional de professores primários e secundários, além de administradores escolares, constituindo-se em um instituto superior destinado a “preparar, aperfeiçoar e especializar professores, dos diversos graus, e administradores escolares” (*Archivos do Instituto de Educação*, n.º I, p. 3).

Na apresentação deste primeiro número, o periódico reforça a tese de que é necessária a produção da pesquisa na universidade:

Mas, o Instituto de Educação falharia aos seus fins, nos quadros universitários, se, em suas atividades funcionais, se reduzisse a ensinar e a aplicar a ciência, e não se organizasse para elevar acima de preocupações profissionais e transformar-se, ao mesmo tempo, num centro de pesquisas, nos diversos campos de estudos e de investigação. Todo o Instituto se está organizando para que possa desempenhar esta missão científica, sem dúvida difícil e árdua, de contribuir, com as suas investigações, para a melhor compreensão e solução de problemas biopsicológicos e sociais e, portanto, para o progresso dos ramos de conhecimentos, que constituem as bases científicas das profissões ligadas à educação (*Archivos do Instituto de Educação*, p. 4, n.º 1, 1935, grifo nosso).

A proposta original dos *Archivos* destinava-se à publicação de monografias especiais e trabalhos de laboratórios (em andamento ou concluídos), tendo como objetivo maior publicar pesquisas por meio de monografias “originais e inéditas”.

Em seu primeiro artigo publicado nos *Archivos do Instituto de Educação* de São Paulo (1935), Fernando de Azevedo, como diretor do Instituto de Educação e professor catedrático de Sociologia Educacional, afirmava a principal característica das universidades modernas: desenvolver o “espírito científico de pesquisa” a fim de se buscar a verdade por meio do estudo e da ciência pura:

Não podia faltar à Universidade de S. Paulo uma faculdade organizada não somente para dar a preparação técnica do professor e do administrador escolar, **como também para se constituir num centro de cultura superior, de investigação e de pesquisas para o estudo científico e experimental da educação** (Azevedo, 1935, p. 28).

É interessante ressaltar que, em todos os números do periódico analisado, constatamos uma seção reservada para as “notícias e comentários”, onde se buscava trazer os informes e atualidades da área educacional, tais como indicação e pequenas resenhas de livros de autores influentes, notícias sobre realização de concursos docentes realizados no Instituto de Educação, realização de cursos de aperfeiçoamento, matrícula de alunos, números de alunos diplomados, relatos de visitas de professores ao Instituto de Educação, dentre outros. Mas o nos chamou a atenção foram os constantes relatos dos trabalhos desenvolvidos nos laboratórios de pesquisa, coordenados pelos seus respectivos professores catedráticos.

O número 2 dos *Archivos* traz o relato do trabalho desenvolvido no Laboratório de Biologia Educacional. O Centro de Puericultura, criado em 1933 junto à cadeira de Biologia Educacional e, mais tarde, vinculado ao Laboratório de Biologia Educacional, veio contribuir para o fim da letalidade infantil, oferecendo cursos às professoras primárias com as mínimas noções de higiene; prestando assistência médica, sanitária e educativa às crianças mais necessitadas; e divulgar nas escolas e nas famílias os preceitos de higiene infantil. O número 2 da revista traz também o número de aquisições de livros, revistas e folhetos relacionados à biblioteca do Laboratório de Estatística Educacional.

O número 3 do periódico traz relatos sobre o trabalho desenvolvido com o Laboratório de Pesquisas Sociais. Tal laboratório criou o Centro de Documentação Etnográfica e Social, adquirindo, para exposição, uma valiosa coleção de objetos colhidos de uma tribo indígena do Maranhão. No mesmo número, o Laboratório de Estatística emitiu um inquérito não concluído sobre o ensino secundário no estado de São Paulo. Tal pesquisa buscava compreender o perfil dos alunos e suas famílias; preferências, aversões e indiferenças por disciplinas do curso secundário; e dados relativos às notas e frequências relativas a cada disciplina do curso secundário. Quanto à preferência, a pesquisa constatou que 50% dos alunos tinham preferência por Matemática, enquanto 18,75% deles apresentavam indiferença, e outros 31,25% uma aversão. Quanto à Matemática, “*chega-se a afirmar que o professor é, às vezes, ele mesmo, um pouco mais difícil do que a própria matéria...*” (*Archivos do Instituto de Educação*, ano III, número 3, 1937, p. 136), representando, assim, que a aversão ou a indiferença dos alunos quanto à Matemática não está na disciplina em si, mas no trabalho didático do professor.

O número 4 dos *Archivos* vem retratar a intenção dos professores do Instituto de Educação de se criar o Centro de Documentação e Estudos Pedagógicos, filiado ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris, uma vez que existiam, naquela época, cerca de 50 Centros de Documentação e Estudos Pedagógicos espalhados pelo mundo.

O trabalho de Noemy Rudolfer, publicado em um extenso artigo no número 1 da revista, teve repercussão no exterior, especificamente no *Bulletin de l'Institut National d'Orientation Professionnelle*, sendo comentado no número 4 dos *Archivos*.

Portanto, percebemos que sempre houve muita preocupação em se apresentar os trabalhos realizados pelos laboratórios de pesquisa do Instituto de Educação.

### 2.2.3 A formação do professor secundário

A formação do professor secundário foi tema de constante debate nos artigos publicados. De acordo com os *Archivos*, a função do Instituto de Educação seria colaborar com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na formação do professor secundário, além de tornar-se uma alta escola de administração escolar, pois de acordo com Azevedo (1935), a administração escolar sempre esteve pautada na experiência pessoal e no bom senso, sem o apoio da ciência:

Até hoje a administração escolar, entre nós, nunca teve outra base senão a experiência pessoal conduzida pela rotina e pelo bom senso, quando a verdade que salta aos olhos é que o bom senso sem a ciência nada esclarece e que o governo da instrução e das escolas, como o dos povos, “*é questão não somente de bom senso, mas de método e de ciência*” (Azevedo, 1935, p. 28).

Em outro artigo publicado nos *Archivos*, Azevedo (1937) lança uma crítica à formação do professor secundário bem como a forma de recrutamento desse professor nas escolas secundárias. Segundo ele, o magistério secundário sempre se constituiu em uma:

Tarefa tão alta e delicada [...] não se exigindo para esse magistério, de nível mais alto e de responsabilidades mais graves, a preparação especial que, há mais de 50 anos, se reclamou e se impôs para o professorado primário. Já vedes o que podia dar um sistema de ensino secundário que nunca exigiu quaisquer estudos especiais ou diplomas aos candidatos a esse magistério; para cuja inspeção técnica não se reclamava outro título que uma carta de recomendação política; e cujas taxas de matrícula, impostas aos alunos, e de inspeção, aos colégios, transformando o ensino em uma fonte de renda para o Estado, não só não permitiam o recrutamento dos melhores, onde quer que se encontrassem, mas promoveram uma seleção às avessas contra os interesses da cultura e da nação (Azevedo, 1937, p. 6-7).

No artigo em que discute a formação do professor secundário, Azevedo (1937) defende que tal formação deveria ser realizada em instituição própria. Daí, a função do Instituto de Educação da USP em formar o professor secundário em parceria com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Azevedo (1937) dava indícios da formação que, mais tarde, ficaria conhecida como “esquema 3+1”, isto é, uma formação composta pela formação científica (curso de bacharelado) e formação pedagógica (curso de didática) para que se pudesse formar o professor secundário:

A primeira condição para que os candidatos a esse magistério possam exercer as altas funções, em que serão investidos, é **o domínio da matéria ou matérias que deverá professar**, são os conhecimentos os mais completos e profundos na especialidade que escolheram e cujo domínio lhes permitirá, através de sua carreira, a renovação constante de seus conhecimentos, do seu material e de seus métodos de investigação e de estudos (Azevedo, 1937, p. 8, grifo nosso).

Por isso, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras é apontada por Azevedo (1937) como a “medula do sistema”, uma vez que é nessa instituição que se procura criar “*uma atmosfera de pesquisa, de pensamento criador e de espírito crítico, de cultura livre e desinteressada*” (Azevedo, 1937, p. 11).

A formação pedagógica do professor secundário viria após a finalização de sua formação científica nos institutos de origem, assim como estabeleceu o Decreto-Lei n.º 1.190/39, que instituiu oficialmente como modelo padrão o “esquema 3+1”:

Depois dos seus estudos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que lhe asseguram o domínio sobre uma especialidade ou matéria de ensino, o aspirante-professor completa no Instituto de Educação, que lhe ministra a formação técnica ou pedagógica, a sua preparação ao exercício do magistério secundário. Pelo sistema adotado na Universidade de S. Paulo, mais uma vez se reconhece o princípio, quase universalmente consagrado, de que ao professor secundário não basta o conhecimento desinteressado da matéria de ensino, mas lhe resta aprender como, a quem e para que fim ensina-la, por meio de uma preparação pedagógica, teórica e prática a um tempo que faça do especialista licenciado pela Universidade um profissional idôneo, familiarizado com o meio especial, os problemas e as técnicas de sua profissão (Azevedo, 1937, p. 11, grifo nosso).

Para ser professor, os renovadores da educação entendiam que não bastava apenas o domínio do conteúdo a ser lecionado, mas uma compreensão de um indivíduo como um ser social:

Se a missão do professor de ensino secundário não é apenas ensinar, mas cuidar; se a sua capacidade de educador está em função não só da sua competência numa especialidade, mas da sua capacidade “de integrá-la no programa de formação da mentalidade do adolescente”; e se a educação secundária compete não só a instrução propedêutica nas matérias básicas que alicerçam os estudos superiores, mas uma missão mais ampla de integrar o indivíduo na sociedade, através de sua formação cívica e moral, **compreende-se facilmente a importância, para o professor de ensino secundário, de uma cuidadosa formação profissional, por meio de estudos pedagógicos, teóricos e práticos, realizados na Universidade, paralelos ou posteriores aos seus estudos puramente científicos** (Azevedo, 1937, p. 11-12, grifo nosso).

A partir destes trechos, compreendemos a necessidade de se formar o professor a partir de uma concepção que visualizava o aluno como um ser social, restando ao futuro professor não apenas o domínio do conteúdo da matéria a ser lecionada, mas buscando reconhecer as questões metodológicas bem como os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

### 3. A extinção do Instituto de Educação

Em 1938, o Instituto de Educação da USP foi extinto por decisão de Ademar de Barros, Interventor Federal do Estado de São Paulo. A interrupção das atividades do Instituto de Educação ocorreu por meio do Decreto n.º 9.269, 25/06/1938. De fato, as Atas das Sessões da Congregação do Instituto de Educação da USP registram a última reunião ocorrida entre os professores no dia 10 de junho de 1938, que tratou sobre concursos docentes. O Decreto Estadual n.º 9.269/38 não apenas extinguiu o Instituto de Educação, mas criou a Seção de Educação junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Dez meses após a extinção do Instituto de Educação, o governo federal aprovou o Decreto-Lei n.º 1.190, em 04/04/1939, onde organizou a Faculdade Nacional

de Filosofia, criando oficialmente as seções de Pedagogia (que ofereceu os cursos de Pedagogia) e Didática (fornecendo formação didático-pedagógica e habilitando os futuros professores ao magistério secundário).

Conforme Evangelista (2002), as razões da extinção vieram a público apenas dois meses depois, quando Ademar de Barros explicou os motivos em carta publicada no jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, resumidos em dez pontos: 1 – Em primeiro lugar, Ademar de Barros se defendeu, afirmando que o procedimento em fechar o Instituto de Educação não desrespeitou a legislação vigente; 2 – O Jardim de Infância, a Escola Primária e a Escola Secundária estavam subordinadas ao Instituto de Educação, não considerando que eram instituições anexas ao Instituto; 3 – Alto orçamento devido às escolas anexas; 4 – O Instituto de Educação gastou *milhares de contos* na reforma de um único andar de seu prédio; 5 – Alto custo na compra de mobílias; 6 – O Instituto de Educação prejudicava o combate ao analfabetismo, tornando difícil a formação dos professores primários; 7 – O Interventor justificou a transferência dos professores catedráticos do IEUSP para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como não sendo prejudicial a eles; 8 – O Interventor acusou Fernando de Azevedo de dirigir as escolas anexas e indicar pessoal para a direção segundo seus interesses; 9 – Ademar de Barros chamou a atenção para a existência de cadeiras vagas na instituição universitária, fato indesejável pelo Interventor; 10 – Os salários dos professores do Instituto de Educação eram maiores que os salários dos professores da Faculdade de Medicina da USP.

Ante o retrocesso que a medida representou, os educadores reagiram e demonstraram descontentamento, conforme pode ser visto no depoimento de Fernando de Azevedo, um dos envolvidos com o encerramento das atividades do Instituto de Educação:

Estou vendo que todos os nossos esforços serão inúteis. Destes cinco anos de trabalho ininterrupto que ficou, que me reservaram? Da obra, nada ficou: foi tudo integralmente destruído. Não ficou pedra sobre pedra. É como se tivesse passado um furacão. Tomaram-nos de assalto os edifícios e as instalações, que pertencem ao Instituto e à Universidade, secretaria, biblioteca, laboratórios, contínuos e entregaram a uma instituição igual às outras escolas normais e estranha e inincorporável a um sistema universitário. (Azevedo *apud* Penna, 1987, p. 48)

Acredita-se que a interferência dos católicos foi algo decisivo para a extinção do Instituto de Educação:

Certamente não há dúvidas de que a atuação católica teve aí grande peso. Sua perseguição aos renovadores vinha do início da década de 30 e se consolidou em organizações e ataques através de seus periódicos, especialmente da revista *A Ordem* e da *Revista Brasileira de Pedagogia*, lideradas por Amoroso Lima e Backheuser, como já foi visto. Os litígios com os católicos, se tinham um componente de natureza pedagógica e política mais geral, comportaram também ações dirigidas pessoalmente contra Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. O processo de encerramento do IEUSP é simultâneo ao da Universidade do Distrito Federal, significando que as duas primeiras experiências de formação do professor em nível superior foram abortadas (Evangelista, 2002, p. 232).

Fato semelhante ocorrera com a Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 por Anísio Teixeira. Com o advento do Estado Novo, este foi demitido e, em 1939, a universidade foi extinta. Em relação a esses fatos, Evangelista (2002) afirma que a Igreja Católica sempre teve interesse em assumir postos-chave na direção do sistema universitário.

Diante desses fatos, destaca-se o desprestígio do Instituto de Educação se comparado às demais unidades acadêmicas da Universidade de São Paulo nos primeiros anos de funcionamento:

Embora fosse também uma escola superior profissional, o seu caráter misto (normal e superior), a sua situação de transitoriedade e o tipo de profissionais que se propunha formar (e que indiscutivelmente não eram, na época, tão conceituados), não lhe permitiam ombrear-se com as outras escolas superiores de São Paulo. (Antunha, 1975, p. 38)

Esse desprestígio do Instituto de Educação diante das demais unidades da USP, conforme diz o próprio Antunha (1975), deve-se ao “caráter misto” da instituição que fazia com que muitos profissionais não valorizassem o trabalho que lá era desenvolvido. O fato de haver professores que lecionavam no ensino primário e na Escola Normal e que também lecionavam no ensino superior (Instituto de Educação) fazia gerar certo desconforto diante dos demais profissionais.

Com o fim do Instituto de Educação (1938), os professores foram remanejados para a Seção de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

### Considerações finais

Devido ao fim das atividades do Instituto de Educação da USP em 1938, o periódico teve curta duração. Apenas quatro volumes da revista foram publicados. Além de contar com artigos de professores catedráticos e assistentes do Instituto de Educação, a revista também contou com a colaboração dos trabalhos de pesquisa de professores estrangeiros que vieram compor o quadro docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Por meio dos artigos publicados, observamos uma preocupação, por parte de autores e idealizadores da revista, em divulgar o projeto renovador que permeava o trabalho desenvolvido no Instituto de Educação da USP. Divulgando seu trabalho, o Instituto de Educação almejava uma visibilidade na academia e uma legitimação do seu trabalho acadêmico por meio da revista.

Podemos afirmar que a revista *Arquivos do Instituto de Educação* de São Paulo procurou emitir suas concepções sobre escola, educação e sociedade, de acordo com certos valores ao campo educacional, atestados por seus objetivos manifestados: divulgar o projeto de educação renovada que permeava o trabalho desenvolvido no Instituto de Educação da USP, subsidiar a formação do professor secundário e contribuir com a produção da pesquisa educacional. Com isso, o periódico acabava dando visibilidade ao corpo docente do Instituto e contribuindo para trazer reconhecimento à Educação como campo de conhecimento científico.

## Referências

- ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. As origens da Faculdade de Educação da USP. **Revista da Faculdade de Educação/USP**. Vol. 1, n. 1, São Paulo, 1975.
- ATAS das Sessões da Congregação do Instituto de Educação da USP. São Paulo, 1933-1938.
- AZEVEDO, Fernando de. A missão da universidade. **Archivos do Instituto de Educação** – Número 1 – Ano I – Set/1935. p. 7-33.
- \_\_\_\_\_. A formação do professor secundário. **Archivos do Instituto de Educação** – Número 4 – Ano IV – Set/1937, p. 3-23.
- BASTOS, Maria Helena C.; CATANI, Denice B. **Educação em Revista. A imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.
- BICCAS, M. S. “*Nossos concursos*” e “*A voz da prática*”: a revista do ensino como estratégia de formação de professores em Minas Gerais (1925-1930). **Cadernos de História da Educação**. n. 4, jan/dez. 2005. p. 155-166.
- \_\_\_\_\_. **O impresso como estratégia de formação**: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- BRAGATO JÚNIOR, A. C. **História das primeiras instituições públicas na formação superior de professores (1930-1939)**. Dissertação de mestrado. Universidade de Uberaba. Uberaba, 2007.
- CATANI, Denice Barbara. **Educadores à meia luz**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação-USP. 1989.
- CATANI, Denice Bárbara; SOUZA, Cyntia Pereira de. **Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996)**. São Paulo: Plêiade, 1999.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.
- EVANGELISTA, Olinda. **A formação universitária do professor: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- LOPES, S. C. Imagens de um lugar de memória da educação nova: Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos anos de 1930. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 37. jan/abr. 2008. p. 84-97.
- NÓVOA, Antonio. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-32.
- PENNA, M. L. **Fernando de Azevedo: educação e transformação**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- RUDOLFER, Noemy da Silveira. Um ensaio de método ativo no ensino superior. **Archivos do Instituto de Educação** – Número 2 – Ano II – Set/1936, p. 47-60.

SÃO PAULO. Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Decreto n.º 7.067, de 06 de abril de 1935. Aprova o Regulamento do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo.** Imprensa Oficial do Estado, 1935.

### **Periódicos**

Archivos do Instituto de Educação – Número 1 – Ano I – Setembro de 1935

Archivos do Instituto de Educação – Número 2 – Ano II – Setembro de 1936

Archivos do Instituto de Educação – Número 3 – Ano III – Março de 1937

Archivos do Instituto de Educação – Número 4 – Ano III – Setembro de 1937

*Recebido em abril de 2012  
Aprovado em junho de 2012*